

REVISTA

OB SER, VAI LÓ RIO

Vol. 2 - 1ª edição

**DOS DIREITOS
E CIDADANIA
DA MULHER**

ESPECIAL

**MULHERES
NA UNIVERSIDADE**
IMPACTO DA VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NAS ESTUDANTES

VAI TER MÃE NA UNIVERSIDADE, SIM!

Essa
ilustração
faz parte
do falatório
Vozes da
Igualdade,
do Anis
Instituto
de Bioética,
que todas
as semanas
assume um
tema difícil
para vídeos
e conversas.



REVISTA OBSERVATÓRI@

Vol. 2 – 1ª Edição – As Mulheres na Universidade:

IMPACTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESTUDANTES

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas o acesso das mulheres à universidade foi ampliado e atualmente somos maioria nas instituições de ensino superior. Essa realidade recente tornou mais evidente os problemas que as mulheres enfrentam para PERMANECER no ambiente universitário. A permanência das estudantes depende de condições materiais e também do ambiente e das relações que nele se dão e nesse ambiente que devem ser garantidos pelas instituições de ensino superior.

Essa edição do boletim tem como objetivo sensibilizar @s leitor@s quanto à violência de gênero nas universidades e chamar atenção para seu aspecto institucional, ou seja, para a maneira como as instituições de ensino superior enfrentam (ou omitem) as desigualdades de acesso, oportunidades e permanência que tornam a experiência universitária violenta para as mulheres. Também temos como objetivo mostrar que as mulheres têm necessidades específicas para permanecerem na universidade e que as políticas para sua **permanência** devem se desenvolver a partir dessa perspectiva.

Para estudar esse tema fizemos um mapeamento que considerou as políticas de enfrentamento à violência de gênero. No Brasil, apesar do número de denúncias, apenas a Universidade de Brasília começou a organizar um protocolo de enfrentamento ao problema. A maioria das iniciativas está relacionada à violência dos trotes, sendo que poucas explicitam a discriminação e violência de gênero, inviabilizando e afastando ainda mais os problemas vividos pelas estudantes no cotidiano da universidade.

Também buscamos mapear as mobilizações de estudantes, as experiências de creches universitárias, a participação de mulheres em cargos de chefia e docência nas universidades brasileiras e as linhas de pesquisa que se contrapõe ao androcentrismo científico para mostrar como as mulheres vêm resistindo e transformando sua experiência na universidade.

BIBLIOTECA

Acesse a biblioteca Sobre o tema e conheça o material que utilizamos para a pesquisa.

<https://www.dropbox.com/sh/gxh3a3e5k2ubzw7/AAA-IX485yx3s4abfSV5pGhka?dl=0>

ACESSE O MAPA



<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=0.09458047804806803%2C0&z=2&mid=1FUGBC5pxc1OvRh3kSIToIVGKFSE>

ÍNDICE

- 4 **Universidade e Reprodução das Relações de Gênero**
- 5 **Conhecimento Androcêntrico: a Produção Científica no Contexto Patriarcal**
- 7 **Dados: as mulheres nas universidades brasileiras**
- 10 **Violência contra as mulheres no ambiente universitário**
- 10 **Trote**
- 12 **Tipos de violência**
- 14 **Violência institucional**
- 16 **Caso CRUSP e Ocupação da SAS**
- 18 **Creches na Usp**
- 20 **Desdobramentos da Ocupação SAS**
- 22 **Precedência**
- 23 **Internacional: enfrentamento à violência de gênero em universidades**
- 25 **Opinião ObservatóriaDCM**



LEGENDA DO MAPA

- Protocolos e Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades
- Creches Universitárias
- Leis e Diretrizes Públicas
- Currículo e Pós Graduações em Gênero / ou Perspectiva Feminista
- Leis e Resoluções que proíbem o trote no Brasil
- Reações e Mobilizações
- ★ Rede Creches Universitárias
- ★ Ocupação SAS
- Universidades Federais chefiadas por Mulheres

A HISTÓRIA DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O ensino superior se estabeleceu no Brasil desde 1808, desde a chegada da família real. Em 1879, quando realizada a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e do Ensino Superior em todo o Império (Reforma Leôncio de Carvalho) as mulheres passaram a ter o direito a ingressar nas universidades previsto por lei. A primeira mulher a graduar-se no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) em 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia.

expediente

OBSERVATÓRI@ DOS DIREITOS E DA CIDADANIA DA MULHER
 Edição Geral e Pesquisa: **Juliana Mercuri e Mariana Fideles**
 Projeto Gráfico e Diagramação: **Silvana Martins.**
 Ilustrações : **Valentina Fraiz**
 Tratamento dos dados INEP: **Ana Maroso**
 Agradecimentos: **Moradoras do CRUSP**
 Endereço: **Praça Santo Epifânio, 243, V. Indiana, São Paulo - SP**
 e-mail: **observatoriadcm@gmail.com**
www.observatoriadcm.com.br

acesse

Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior
<http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>



destaques

Universidade e Reprodução das Relações de Gênero

A sociologia explica como os sistemas de ensino e de capital cultural contribuem para a reprodução das formas de dominação, perpetuando desigualdades e hierarquias sociais. Nesse contexto, o acesso à permanência e o sucesso no sistema educativo são aspectos importantes para definir a posição e a mobilidade social dos indivíduos.

Segundo Bourdieu e Passeron (1975) o sistema universitário, historicamente, serve como suporte para a reprodução das elites, transformando o privilégio social em mérito individual. Essa perspectiva desconstrói a ideia de distribuição meritocrática dos indivíduos no sistema de ensino e assinala mecanismos de opressão e dominação que permitem a reprodução das distinções sociais “disfarçados” de diferenças individuais. Tendo em vista esses mecanismos de reprodução das distinções sociais, podemos afirmar que, mesmo com a introdução de políticas afirmativas que reconhecem as diferenças sociais históricas e que visam a democratização do ensino superior, as universidades brasileiras estão atravessadas por

marcadores sociais de diferenciação, como classe, raça, gênero, território e sexualidade.

As universidades parecem ser o lugar da “razão”, protegido da violência, da “ignorância” e da “irracionalidade” e o local adequado para fazer cumprir e aprofundar os princípios democráticos, mas as denúncias de discriminação e violência por razões de gênero evidenciam os marcadores sociais de diferenciação nas universidades brasileiras. É pensando no aspecto “reprodutor de relações sócias desiguais” que gostaríamos de problematizar as políticas institucionais de permanência das estudantes e caracterizar a violência institucional de gênero sofrida pelas estudantes. ■



acesse

FONTE: O “armário” da Universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero, machado, machado e nardi, 2013). <http://www2.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/87/71>

Conhecimento Androcêntrico: a Produção Científica no Contexto Patriarcal



“Mas o problema é mais profundo que a ocupação de cargos na estrutura do poder hierárquico da Academia. Se buscamos, em uma rápida olhada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o que se produz em termos de feminismo, gênero e mulher, verificamos que são absolutamente minoritários os grupos que se dedicam ao tema. E isto é preocupante. Por quê? Porque se as universidades, que produzem o conhecimento moderno dentro do nosso esquema de poder, não trabalham o tema de gênero e menos ainda o feminismo, descolonizar o pensamento e promover o devido “giro epistemológico” que é necessário para romper com as estruturas hierárquicas do patriarcado se torna uma tarefa ainda mais difícil.

Mulheres da Marcha Mundial das Mulheres e do Levante Popular da Juventude uniram-se às mulheres da Universidade Federal do São Francisco (UNIVASF) e realizaram um ato de descomemoração de um ano do hino da Atlético Carranca de Medicina. **Foto:** Larissa Mota Calixto

2

Desde finais dos anos 1990, algumas mulheres têm lidado com a produção do conhecimento feminista. Muitas delas, senão a maioria, continuam invisíveis para a maior parte dos pesquisadores e pesquisadoras que se cadastram no CNPq. São teóricas feministas como Gloria Anzaldúa, bell hooks, Chela Sandoval, Angela Davis, Ilana Löwy, Donna Haraway, Fox Keller, Londa Schiebinger, Gayatri Spivak, Ochy Curiel, Maria Lugones, Judith Butler... Todas elas se dedicam a criticar a ciência tal como esta é compreendida nos meios acadêmicos. Essas autoras propõem não apenas a mudança da concepção de ciência, mas também a sua episteme, a fim de que as mulheres sejam inseridas como pesquisadoras. Pelo óbvio, a produção de conhecimento é representada e construída de forma hierárquica, e as mulheres ficam invisíveis dentro de um modelo científico instalado em um contexto patriarcal. Mas antes disto, ainda nos anos 1960, este conhecimento vem sendo produzido por mulheres feministas negras, indígenas, lésbicas, trans, que escrevem sobre as estruturas de dominação masculina, branca, cisgênera, centrada na Europa e nos EUA, que privilegiam os detentores de propriedade e acumuladores de capital.

Todos esses temas estão no fundamento das ciências praticadas nas universidades modernas, mas as obras dessas mulheres não ocupam lugar de destaque dentro da discussão acadêmica. *É como se os feminismos, as questões de gênero, fossem temas relacionados tão somente com a atuação de pequenos grupos dos movimentos sociais, como se as produções de saberes feministas e de mulheres fossem de segunda categoria e sem interesse acadêmico* ■



CONFIRA!
Mapeamos alguns cursos e pós-graduações em estudos de gênero e feministas



acesse

FONTE: O necessário enfrentamento ao machismo nas universidades - por Vanessa Batista Berner e Heloisa Melino para revista Cult <https://revistacult.uol.com.br/home/o-necessario-enfrentamento-ao-machismo-nas-universidades-vanessa-berner-e-heloisa-melino/>
VEJA TAMBÉM: A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI* de Ramón Grosfoguel <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>
Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”, Fabiane Ferreira da Silva e Paula Regina Ribeiro http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000200449&script=sci_abstract&tlng=pt
Recomendações encontro gênero e ciência destaque: caminhos para equidade <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/encontro-genero.pdf>

3

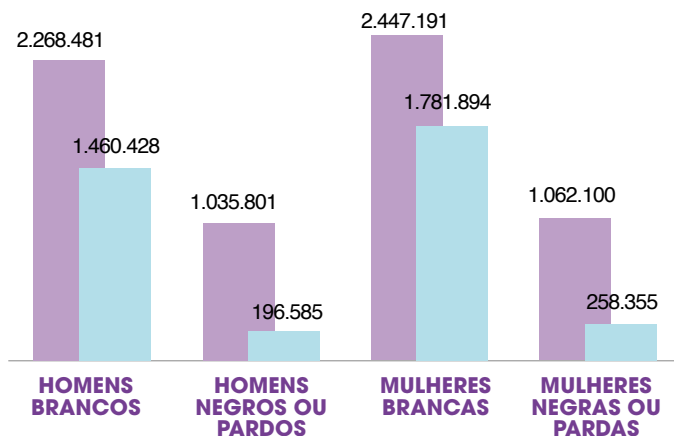


dados: as mulheres nas universidades brasileiras

População por escolaridade, sexo e raça - Estado de São Paulo

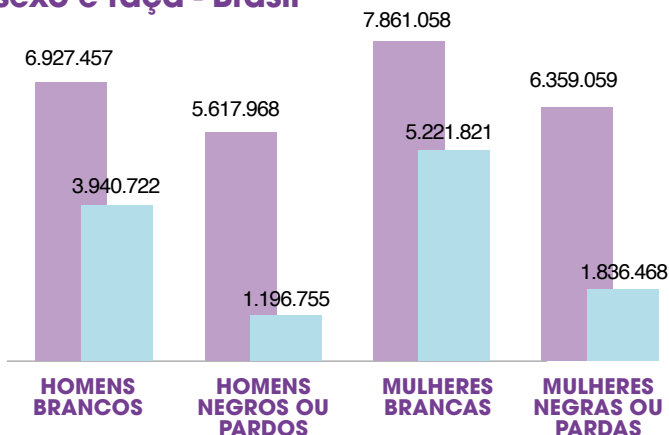
- ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
- ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Termo "parda/pardo" é utilizado pelo IBGE como categoria racial e foi mantido para não descaracterizar os dados originais. São bem vindas publicações e orientações que problematizem o uso do termo.



População por escolaridade, sexo e raça - Brasil

- ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
- ENSINO SUPERIOR COMPLETO



Mulheres Pesquisadoras

PERCENTUAL DE BOLSAS-ANO
CONCEDIDAS PELO CNPQ NO PAÍS

MULHERES	50,5%
HOMENS	49,5%

Fonte: CNPQ/RASEAM 2014



VOCE SABIA?

Mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa conquistam licença maternidade

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/18/sancionada-lei-que-de-afastamento-por-maternidade-para-bolsistas-de-pesquisa>

Mulheres em cargos de chefia nas Universidades Federais

REGIÃO SUL	18%	2 das 11 Universidades Federais
REGIÃO SUDESTE	15,8%	4 das 19 Universidades Federais
REGIÃO NORDESTE	33,33%	5 das 18 Universidades Federais
REGIÃO NORTE	40%	4 das 10 Universidades Federais
REGIÃO CENTRO OESTE	60%	3 Universidades

FONTE: Mulheres chefiam só um terço de todas as universidades federais no Brasil <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/09/12/mulheres-chefiam-so-um-terco-de-todas-as-universidades-federais-no-brasil.htm>

“As mulheres no ensino superior são pura resistência – porque tradicionalmente são pensadas para executar tarefas que sejam adaptadas pelo fato de potencialmente serem ‘cuidadoras’, ‘mães’ – elas podem e querem ser chefes. Hoje, até homens que se dizem de esquerda continuam a ver a mulher dessa maneira. Estamos na

universidade para fazer pesquisa, docência, extensão e administração superior, não para ser mulheres que assessoram os homens e votam neles --mas também para ser assessoradas e votadas por eles. Equidade também é isso”.

FONTE: Mulheres chefiam só um terço de todas as universidades federais no Brasil <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/09/12/mulheres-chefiam-so-um-terco-de-todas-as-universidades-federais-no-brasil.htm>



VEJA NO MAPA
quais são estas universidades e quem são essas reitoras



FONTE: SNIG/IBGE 2010 <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,3,4,-13,47,48,128&ind=4698>

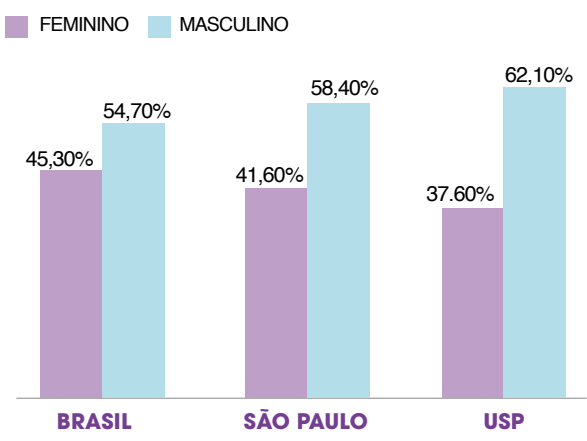
VEJA TAMBÉM: Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2296&t=censo-2010-mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-ampliam-nivel-ocupacao&view=noticia>

As chances das mulheres na universidade Estudo sugere que disciplinas com alta presença feminina não garantem às pesquisadoras vantagem para chegar ao topo da carreira. Fonte: Revista FAPESP <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/12/15/as-chances-das-mulheres-na-universidade/>



SP Virada Feminista - A resistencia que transforma (3 e 4 de setembro de 2016) Foto: Elaine Campos elainecamposfotografia.tumblr.com

Proporção de Mulheres Docentes nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, em São Paulo e na USP - 2014



Fonte: INEP 2014

DOCENTES NEGRAS:

“até o ano de 2005, dos 63.234 docentes do ensino superior, 1.659 eram mulheres negras e, dentre essas, apenas 251(0,4%) possuíam o título de doutorado...”

FONTE: Professoras doutoras negras: um caso de sucesso e representatividade no Recôncavo <https://www3.ufrb.edu.br/reverso/professoras-doutoras-negras-um-caso-de-sucesso-e-representatividade-no-reconcavo/>



violência contra as mulheres no ambiente universitário



Essa ilustração faz parte do folatório Vozes da Igualdade, que todas as semanas assume um tema difícil para vídeos e conversas. Para saber mais sobre esses temas, siga: www.facebook.com/AnisBioetica

Trote

A violência de Gênero se manifesta no âmbito universitário de várias maneiras. O trote e as chamadas “calouradas” são conhecidos na sociedade pela “violência” que os estudantes veteranos praticam com os alunos ingressantes. Muitas das denúncias que são feitas pelos meios de comunicação abordando a “violência” de maneira genérica, sendo recentes as abordagens que destacam a violência de gênero nos trotes. A diluição da violência de gênero na ideia genérica de violência reflete invisibilização sistemática dessa problemática, a desigualdade e opressão de gênero.

Não explicitar a violência de gênero presente nos trotes e associá-la estritamente à esse tipo de ocasião retarda a urgente criação de políticas de enfrentamento ao problema. A resposta institucional mais comum ao problema é a proibição ou regulamentação dos trotes em diversos estados, municípios e instituições através de leis ou resoluções (veja no mapa). Esse tipo de medida contribui para a ideia equivocada de que com o fim dos trotes e calouradas a “violência” e suas especificidades de gênero serão extintas e o problema será resolvido. Dessa forma tanto os aspectos de gênero da violência dos trotes tanto a violência de gênero cotidiana que @s estudant@s sofrem na universidade é invisibilizada. ■

CPI DAS UNIVERSIDADES

“O que mais acho urgente é tirar tudo o que ocorre nos trotes violentos do atentado violento ao pudor, de elevar à categoria de tortura. Trote é uma forma de tortura”, disse o presidente da CPI, deputado Adriano Diogo (PT), também presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Casa. Foi lá, após três audiências públicas, que surgiram denúncias de abusos cometidos na FMUSP, e que levaram à criação da CPI. Um total de 39 recomendações foi produzido pelo trabalho dos parlamentares, que no âmbito legislativo propõem dois projetos de lei relevantes: um que proíba o patrocínio de festas estudantis por fabricantes ou vendedores de bebidas alcoólicas; outro que crie um cadastro de antecedentes universitários, o qual não servirá como ‘ficha criminal’ de alunos, mas sim que retratem o comportamento dos estudantes, pontuando o a sua eventual participação em trotes.

acesse

CPI das Universidades conclui trabalho com suspeitas de mais de 110 estupros na USP e problemas crônicos com trotes e álcool, por Thiago Araújo para o Huffpost Brasil https://www.huffpostbrasil.com/2015/03/13/cpi-das-universidades-conclui-trabalho-com-suspeitas-de-mais-de_a_21681189/

a. Tipos de violência

ASSÉDIO SEXUAL: (comentário com apelo sexuais indesejados/ cantada ofensiva/ abordagem agressiva)

73% dos entrevistados, homens e mulheres, dizem conhecer casos

35% das estudantes entrevistadas sofreram assédio

26% dos estudantes entrevistados cometeram assédio

b.

VIOLÊNCIA SEXUAL: Estupro/ tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool/ Ser tocada sem consentimento/ Ser forçada a beijar veterano

14% dos estudantes entrevistados, homens e mulheres, conhecem casos de mulheres que sofreram estupro

11% das estudantes entrevistadas sofreram tentativa de abuso sob o efeito de álcool

46% dos estudantes entrevistados, homens e mulheres, conhecem casos de violência sexual

28% das estudantes entrevistadas sofreram violência sexual

13% dos estudantes entrevistados cometeram violência sexual

c.

COERÇÃO: ingestão forçada de bebida alcoólica e/ou drogas/ Ser drogada sem conhecimento/ Ser forçada a participar em atividades degradantes (como leilões e desfiles)

12% das estudantes entrevistadas foram forçadas a ingerir bebidas alcoólicas

11% das estudantes foram coagidas a participar de desfiles, leilões ou outras atividades degradantes

32% dos estudantes entrevistados, homens e mulheres, conhecem casos

18% das estudantes entrevistadas foram coagida

12% dos estudantes entrevistados coagiram

d.

DESQUALIFICAÇÃO INTELLECTUAL: (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher)

62% dos estudantes entrevistados, homens e mulheres, conhecem casos

49% das estudantes entrevistadas sofreram desqualificação intelectual

19% dos estudantes entrevistados desqualificaram intelectualmente a uma estudante

e.

VIOLÊNCIA FÍSICA: sofrer agressão física (sem conotação sexual)

22% dos estudantes entrevistados, homens e mulheres conhecem casos de violência física

10% das estudantes entrevistadas sofreram violência física

4% dos estudantes entrevistados cometeram violência física

PERMANÊNCIA

Os dados mostram que violência de gênero nas universidades têm diversas formas e impactam nas atividades acadêmicas e no bem estar das estudantes, gerando traumas e até provocando o abandono dos estudos. A permanência depende de um conjunto de condições materiais e ambientais necessárias para fruição da vivência universitária que permitam o aproveitamento dos estudos, relações sociais e o bem estar das estudantes. Por isso podemos dizer que **a violência de gênero no âmbito universitário também configura um problema para permanência das estudantes.**

Além da desigualdade e violência de gênero que afeta as todas estudantes também são evidentes o agravamento das condições de permanência quando além do gênero as estudantes sofrem discriminação e violência relativos a outros eixos de opressão reproduzidos no âmbito universitário, como raça e classe. Se a experiência universitária é mais violenta para as mulheres que para os homens, a experiência para as estudantes negras e indígenas pode ser ainda mais violenta em razão da intersecção dessas motivações discriminatórias. O reconhecimento dessa realidade torna o problema da permanência mais complexo e superam a perspectiva de assistência estudantil de ordem material. Além da necessidade de se ampliarem e consolidarem auxílios e bolsas para moradia, transporte, alimentação, saúde, creches e trabalho é necessário que a segurança e o bem estar das estudantes seja garantido pelas instituições através de políticas concisas para igualdade de gênero, classe e raça.

Cartaz da ANEL - Assembleia Nacional dos Estudantes Livre - e do MML - Movimento Mulheres em Luta em apoio xs estudantes feministas da UFMG que encamparam uma grande luta contra o machismo na universidade em 2013.



Violência institucional

Violência institucional
tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.)

predominantes em diferentes sociedades.

Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

FONTE: CNJ (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoos/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>)

As instituições de ensino superior brasileiras geralmente mantêm políticas de assistência estudantil voltadas para a garantia de condições materiais d@s estudantes, como por exemplo o Plano Nacional de Assistência Estudantil <http://portal.mec.gov.br/pnaes> e o PAPFE da Universidade de São Paulo: <http://sites.usp.br/sas/papfe/>



Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil na USP

“A dotação da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil foi priorizada e aumentada em 4,6% em relação à proposta de 2015, sendo os recursos alocados em itens específicos para bolsas e auxílios para alimentação, aquisição de livros, transporte e moradia estudantil, além daqueles incluídos nas alíneas assistência médica e odontológica, restaurantes universitários, estágios, educação física e esportes. Os investimentos nessa política serão da ordem de R\$ 209 milhões.

(fonte Conselho Universitário aprova orçamento da USP para 2016 <http://www.usp.br/imprensa/?p=54435>)

Quanto à vivência universitária em seus aspectos ambientais e relacionais, observamos que apesar das constantes denúncias de violência de gênero, as universidades brasileiras ainda não têm políticas sólidas para o enfrentamento da violência de gênero, pelo contrário: parecem abafar os casos denunciados sistematicamente. A falta de ações concretas pra atendimento e acolhimento e a omissão das instituição diante dos casos, produzem o efeito de revitimização, já que a vítima, sem qualquer amparo torna-se vitima novamente, quando é silenciada, não acolhida e permanece convivendo com o agressor sem nenhuma proteção.

ATITUDE POR ARTE DAS UNIVERSIDADES

- 64%** dos estudantes entrevistados concordam que o tema violência contra mulher deveria ser incluído nas aulas
- 78%** das estudantes entrevistadas concordam que o tema violência contra mulher deveria ser incluído nas aulas
- 88%** dos estudantes entrevistados acreditam que a faculdade deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer violência contra as mulheres na instituição
- 95%** dos estudantes entrevistados acreditam que a faculdade deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer violência contra as mulheres na instituição

FONTE: “Violência contra a Mulher no Ambiente Universitário” Instituto Avon/Datapopular https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf

acesse

Como as universidades brasileiras abafam os casos de assédio sexual – Galileu <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/02/rompendo-o-silencio-vitimas-de-violencia-nas-universidades-brasileiras-contam-suas-experiencias.html>

Violência contra a mulher na universidade: um problema invisível - Artigo 19 <http://artigo19.org/blog/2016/01/08/violencia-contra-a-mulher-na-universidade-um-problema-invisivel/>

Violência contra mulher e a omissão das universidades brasileiras - Geledés <http://www.geledes.org.br/violencia-contra-mulher-e-omissao-das-universidades-brasileiras/#gs.W6uX8jw>

Vítima de estupro na USP diz sofrer preconceito após denunciar caso – G1 <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/02/vitima-de-estupro-na-usp-diz-sofrer-preconceito-apos-denunciar-caso.html>

Estupros na USP revelam omissão das universidades – BBC BRASIL

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm

Denunciar é preciso: vítimas relatam medo, vergonha e falta de apoio após abuso sexual - Bol

<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2015/11/18/denunciar-e-preciso-vitimas-relatam-medo-vergonha-e-falta-de-apoio-apos-abuso-sexual.htm>

Alunas vítimas de violência criticam omissão da USP – Jornal do Campus

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/04/alunas-vitimas-de-violencia-criticam-omissao-da-usp/>



evocação das responsabilidades



Foto: Alice V/Democratize

Caso CRUSP e Ocupação da SAS

Destacamos a mobilização das moradoras do CRUSP, que no mês de abril ocuparam a sede da Superintendência de Assistência Social reivindicando o comprometimento institucional relativo segurança das estudante, acolhimento e acompanhamento adequado das vítimas, remoção de agressores da moradia, e outros serviços importantes para a permanência das estudantes, como por exemplo, a questão das creches tão fundamentais para as alunas que são mães. A ocupação aconteceu depois de seguidas denúncias serem realizadas a SAS sem encaminhamento ou desfecho efetivo. ■



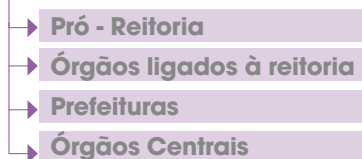
CONHEÇA O CASO

Alunas ocupam SAS da USP e exigem soluções para violência contra as mulheres no Crusp

<https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/alunos-ocupam-sas-da-usp-e-exigem-solu%C3%A7%C3%B5es-para-viol%C3%A2ncia-contra-as-mulheres-no-crusp-ec23c7df155b>

Organograma de administração da USP

REITORIA



- Superintendência de Assistência Social
- Superintendência de Comunicação
- Superintendência do Espaço Físico
- Superintendente de Gestão Ambiental
- Superintendente Jurídico
- Superintendente de Relações Institucionais
- Superintendente de Saúde
- Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária
- Superintendência de Tecnologia da Informação

SAS

A SAS tem por missão oferecer **serviços de apoio e benefícios sociais à permanência estudantil a alunos, funcionários e docentes**. É um órgão da Administração Central da Reitoria, criado em 1973, que tem 14 unidades de serviço espalhadas pelo campus da USP. A SAS permeia todo o sistema de apoio ao alunato, quer através da moradia, refeições e das múltiplas bolsas de auxílio que a Universidade oferece, além de estender a assistência social ao corpo de funcionários e corpo docente da Universidade.
 Fonte: <http://sites.usp.br/sas/quem-somos/>

Divisão de Promoção Social - SAS

- responsável por processos de classificação socioeconômica de apoios e bolsas para alunos de graduação que participam do **Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil** em todos os campi da USP;
- responsável pela administração do Conjunto Residencial da USP;
- viabiliza a a solicitação de carteiras de passe escolar
- responsável pelo Serviço Social

O Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil - PAPFE

administrado pela Superintendência de Assistência Social - SAS - integra a política de permanência implantada na Universidade, com ações uniformes em todos os campi da USP, voltadas para alunos de graduação com dificuldades socioeconômicas para se manter na Universidade
 Fonte: <http://sites.usp.br/sas/papfe/>

acesse

Veja também: Debate e Análise sobre casos de violência sexual no CRUSP e ocupação da sede do SAS (Superintendência de Assistência Social) da USP pela falta de encaminhamento e de punição aos agressores, com a participação da advogada Mariana Fideles, do FF Advogadas e Patrícia, do Revista Vai dar Pé Produzido pela Quatro V <https://www.youtube.com/watch?v=GCdcdN5Bk7Y>
 Abuso sexual nas moradias da USP é constante e negligenciado <https://ponte.org/abuso-sexual-nas-moradias-da-usp-e-constante-e-negligenciado/>

6

Creches na USP

Nos anos 70 a mobilização de mulheres alunas e funcionárias da USP reivindicou e conquistou a disponibilização de creches por parte da instituição. As creches são fundamentais para que as estudantes e funcionárias possam deixar seus filhos enquanto desempenham suas atividades acadêmicas e profissionais. Através dos anos, as alunas mães e funcionárias das creches vêm reivindicando mais vagas e reconhecimento adequado dos profissionais que trabalham nas creches, professores que atualmente são reconhecidos como técnicos. A manutenção dessa política de permanência é uma luta constante das estudantes e reivindicação do Movimento de Ocupação da SAS. Em 2015 a USP anunciou que não abriria mais vagas, alegando que o programa de demissão voluntária iniciado em 2013 para atenuação da crise financeira da

universidade, acarretou na redução do número de funcionários. O valor de custeio das creches representa 0,04% do orçamento da instituição e a mobilização de funcionários e estudantes destaca que o corte ou redução desse valor não caracterizaria uma economia representativa para a Universidade. Outro fator que se questiona sobre a política de contenção de gastos para a permanência de alunas mães é o aumento no número de auxílio creches que onera ainda mais a universidade caracterizando uma contradição. ■



Essa ilustração faz parte do falatório Vozes da Igualdade, que todas as semanas assume um tema difícil para vídeos e conversas. Para saber mais sobre esses temas, siga: www.facebook.com/AnisBioetica

USP

A Universidade de São Paulo é considerada uma “autarquia de regime especial”. As autarquias de regime especial são instituições tuteladas pelo Estado, fundadas por meio de decreto e detentoras de autonomia financeira e administrativa. Como tal, a USP é regida por estatuto próprio, com atribuições e direitos específicos para o cumprimento de suas três funções: educação, pesquisa e extensão

(Fonte Sobre a (falta de) transparência na USP <https://crisenausp.wordpress.com/>)

O QUE É UMA AUTARQUIA?

“Autarquia significa autogoverno ou governo próprio. É uma modalidade de pessoa administrativa, instituída pelo estado para o desempenho de atividade predeterminada, dotada de características especiais. O estado quando cria autarquias, lhes atribuem funções que merecem ser executadas de forma descentralizada, porém obedecem ao ordenamento jurídico vigente e não podem criar regras jurídicas de auto-organização. Sua função é administrativa.

(Fonte: Autarquias e demais entidades da administração indireta (2.13 e 2.14) http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=5299&n_link=revista_artigos_leitura)

A descentralização dos serviços prestados pelo estado, relativos aos direitos sociais como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados previstos pelo **Artigo 37, parágrafo 6º da CF** não exime o estado de sua **responsabilidade civil objetiva**.

(Artigo 37 criação de autarquias http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

“Os serviços prestados pelo Estado, que visam à materialização dos direitos positivados na Constituição, têm como destinatário o cidadão. Exatamente nesta prestação de serviços é que podemos notar a incidência da responsabilidade civil do Estado, uma vez que toda atividade, seja ela estatal ou privada, trás consigo uma carga de risco inerente. Assim, a responsabilidade civil do Estado se estende cada vez mais, nos mais diversos campos de atuação em que sua presença se faz necessária.” “Os serviços prestados pelo Estado, que visam à materialização dos direitos positivados na Constituição, têm como destinatário o cidadão. Exatamente nesta prestação de serviços é que podemos notar a incidência da responsabilidade civil do Estado, uma vez que toda atividade, seja ela estatal ou privada, trás consigo uma carga de risco inerente. Assim, a responsabilidade civil do Estado se estende cada vez mais, nos mais diversos campos de atuação em que sua presença se faz necessária.”

(Fonte: A responsabilidade Civil do Estado http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10745)



acesse

Virgílio Afonso da Silva: USP, creches e machismo, para a folha de São Paulo <https://jornalgggn.com.br/noticia/usp-creches-e-machismo-por-virgilio-afonso-da-silva>

Para acompanhar a mobilização acesse blog creches usp <https://crechecentraluspcom.wordpress.com/>

VIDEO CARTA DAS CRECHES DA USP <https://www.youtube.com/watch?v=Fx0Jc48vjwA>



Desdobramentos da Ocupação SAS

Audiência e Acordo

A USP solicitou na justiça o pedido de reintegração de posse do prédio da SAS alegando que a ocupação afetou o andamento de diversos serviços prestados aos alunos. No dia 29 de abril de 2016. Foi realizada uma audiência que consolidou um acordo entre a Universidade e o movimento de ocupação. Os principais pontos desse acordo foram:

- Lançamento de portaria administrativa para eleição da **Comissão de Violência de Gênero no Crusp**. Ficou determinando que a Comissão seria formada por 5 alunas moradoras, 3 professoras e 2 servidoras funcionárias da USP; A Comissão estaria encarregada de deliberar a respeito do Regimento Interno do CRUSP; Também estaria encarregada de investigar fato relacionados a violência de Gênero no CRUSP e propor medidas administrativas disciplinares contra os agressores; Cabe a Comissão acolher e encaminhar as vítimas; a Comissão deve ter acesso a toda documentação disponível e necessária para fins de averiguação dos fatos
- Elaboração de estudo de demanda efetiva sobre as vagas nas creches da USP
- Elaboração de Ofício destacando a necessidade da reintegração dos edifício K e L para fins de moradia;
- Toda a documentação elaborada, citada no acordo, deveria ser encaminhada à Promotoria de Direitos Humanos- Inclusão Social do Ministério Público de São Paulo
- No acordo, a desocupação deveria ser realizada até o dia 15/05/2016, prometendo a USP a não realizar nenhum processo administrativo disciplinar, trabalhista ou ação civil contra as ocupantes. O des-

MUTIRÃO

No mês de junho, a organização das estudantes promoveu um Mutirão de Atenção às Mulheres do CRUSP que contou com a participação de advogadas, entre elas Mariana Fideles do FF Advogadas, e facilitadoras de prática de Justiça Restaurativa do Núcleo Desabotoar. O Mutirão teve como objetivo assessorar às mulheres no encaminhamento de diversos tipos de demandas jurídicas e também de proporcionar um espaço para escuta ativa, trocas e acolhimento.



Durante a ocupação do SAS, além de oficinas e rodas de conversa entre as estudantes, foram organizadas **aulas públicas** na ocupação com Maria Rita Kehl, Djamilia Ribeiro e Marilena Chauí

cumprimento por parte das ocupante acarretaria na solicitação de reintegração de posse por parte da USP. O descumprimento por parte da USP acarretaria no encaminhamento dos autos ao Ministério Público; Ficou acordado que seria elaborado um estudo de demanda de vagas nas creches da USP. ■

acesse

Leia também: A Luta contra o Machismo Institucional na USP – Ocupa SAS, por Patrícia para o Esquerda Diário <http://esquerdadiario.com.br/A-Luta-contra-o-Machismo-Institucional-na-USP-Ocupa-SAS>



Precedência

Defensoria Pública consegue afastar agressor de moradia coletiva universitária no interior de São Paulo

A unidade de Araraquara da Defensoria Pública do Estado de São Paulo conseguiu, em caráter liminar, o afastamento da residência coletiva estudantil de um estudante da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Araraquara, que agredia, constrangia e intimidava as moradoras. A defesa das moradoras da residência estudantil foi feita através de uma Ação Civil Pública (ACP), baseada na [Lei Maria da Penha](#) (Lei 11.340/06).

O caso reúne os elementos necessários para que seja aplicada tal lei, que coíbe a violência doméstica contra a mulher, pois a moradia estudantil é o “espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar”, tal como definido pela norma.

“O violentador causa tanto temor que as vítimas nunca ingressariam com tutelas individuais Assim, ou a proteção se dava em sede coletiva, ou a violência persistiria”, afirma o defensor público autor da ação, justificando a propositura de uma ACP.

Além da proibição de se aproximar da moradia estudantil, a ação civil pública também pede que seja iniciado processo regular de expulsão definitiva do estudante deste local habitado pelos alunos do campus, além de segurança especial aos habitantes da moradia estudantil enquanto o acusado for aluno da universidade.

De acordo com depoimentos feitos na sede da Defensoria Pública em Araraquara, o estudante morava irregularmente no local e a Reitoria da Universidade, mesmo tendo sido alertada diversas vezes, nada fez para impedir que o aluno lá se instalasse ou para evitar que situações constrangedoras acontecessem. ■

acesse

FONTE: JUSBRASIL

<https://dp-sp.jusbrasil.com.br/noticias/1978136/defensoria-publica-consegue-afastar-agressor-de-moradia-coletiva-universitaria-no-interior-de-sao-paulo>



internacional: enfrentamento à violência de gênero em universidades

Pesquisa

Metodologia de busca

as buscas foram realizadas no Google utilizando os seguintes termos:

Português : **enfrentamento+violência sexual+universidades; políticas+violência sexual+universidades; resolução+violência sexual+universidades; enfrentamento+violência de gênero+universidades; políticas+violência gênero +universidades; resolução+violência gênero+universidades; proteção+mulheres+universidades**

Espanhol: **Protocolo+enfrentamiento+violência de gênero; violência de gênero + universidades; acoso sexual+universidades; igualdad de gênero + universidad; política para la igualdad de gênero+universidades**

Inglês: **sexual harassment+university; sexual assault+university, gender equality policy + university, gender violence + university**

Número de documentos:**34**

Número de países:**9**

Países: **Chile , México,Brasil,Porto Rico,Costa Rica,Espanha,Canadá,EUA,Argentina**

Nº de documentos em inglês: **17**

Nº de documentos em espanhol:**16**

Nº de documentos em português:**1**

O QUE ENCONTRAMOS NOS PROTOCOLOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CAMPUS UNIVERSITÁRIOS?

-os protocolos utilizam vários termos que estão dentro do escopo da violência de gênero: assédio sexual, abuso sexual, discriminação por razões de gênero, assédio moral entre outros. Identificamos que o uso dos termos, ou seja do objeto sobre os quais os protocolos incidem, estão relacionados às políticas de cada universidade, estado e país, mas que de maneira geral os protocolos pretendem ser um instrumento de proteção da comunidade universitária, principalmente das mulheres, e pretendem promover a igualdade de gênero.

- Muitos dos protocolos foram criados como obrigatoriedade legal das instituições de ensino, previstas por leis em esfera nacional, estadual ou municipal. No Canadá as instituições são incentivadas a aderir às diretrizes da Política Nacional de Erradicação da Violência de Gênero no sistema de ensino.

- Os protocolos trazem definições dos termos em formato

>> O QUE ENCONTRAMOS NOS PROTOCOLOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CAMPUS UNIVERSITÁRIOS?

de glossário, sendo que algumas trazem definições previstas por lei.

- os protocolos são aplicáveis a toda comunidade universitária: funcionários, docentes e alunos.

- A maioria dos protocolos contém ações de prevenção, acolhimento, encaminhamento e política de sanções.

- a maioria dos protocolos prevê a coleta e organização dos casos para efeito de análise e acompanhamento das políticas implementadas. Nos E.U.A as instituições que recebem recursos federais devem realizar relatórios anuais dos casos e dos resultados de implementação das ações e políticas.

- A universidades mantém os protocolos acessíveis em seus site, sendo que algumas mantém site específico para o tema. Muitos afirmam oferecer treinamento específico para que todos os funcionários estejam cientes de seu conteúdo.

- Algumas universidade mantém centros de assistência 24H e canais de comunicação de emergência

- Estão previstas campanhas periódicas e permanentes para conscientização da comunidade universitária.

- Apresentam o prazo para realização e recebimento da denuncia, formação das comissões, investigações e aplicação das sanções.

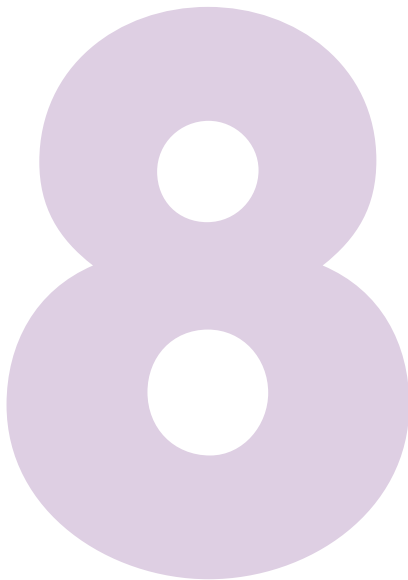
- Detalhamento procedimento completo, desde o acolhimento até a resolução/ aplicação de sanções. Apresentam também o detalhamento sobre os responsáveis pelo processo, bem como o perfil dos responsáveis e/ou das comissões que conduzem os processos.

- A maioria das universidades adotam procedimento administrativo interno. Dependendo do potencial ofensivo o caso é encaminhado à justiça. As universidades espanholas oferecem apoio jurídico às vítimas caso o caso tenha desfecho judicial. Existem universidades que não contam com procedimento administrativo e as vítimas são orientadas a realizarem suas denúncias diretamente à justiça.

- Em casos de assédio moral ou violência verbal, há universidades que utilizam a mediação entre as partes como maneira de resolução de conflito antes da instalação do processo administrativo.

- Núcleo de assistências especializadas e violência sexual e de gênero, de acordo com a política da universidade.

- Entre tipos de sanções estão o afastamento temporários de professores, funcionários e alunos, a exoneração do cargo e transferência compulsória de funcionários e docentes, impedimento de realização de matrícula e expulsão de alunos.



Opinião ObservatóriaDCM

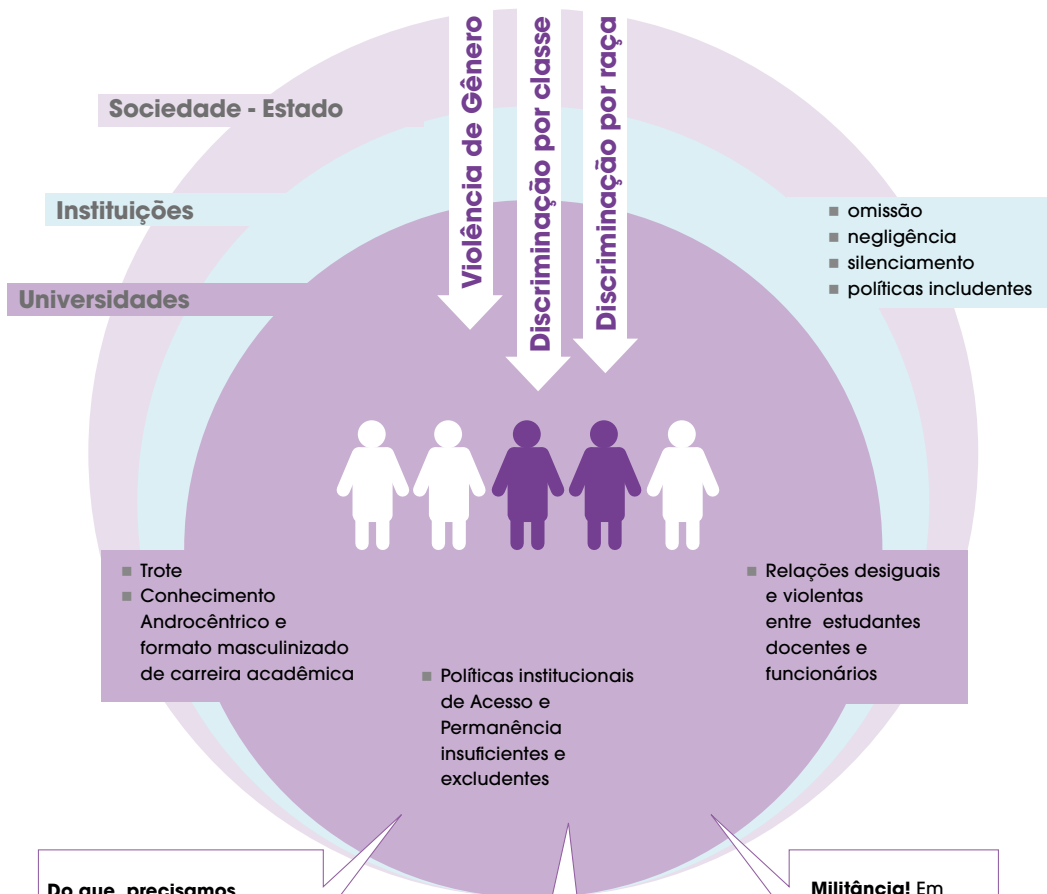
Com base nas pesquisas do Observatóri@ e no trabalho de escuta realizado pela advogada Mariana Fideles junto às moradoras do CRUSP identificamos que a omissão e negligência das instituições de ensino superior diante da violência de gênero vivida cotidianamente pelas estudantes caracterizam **violência institucional de gênero**.

As poucas ações institucionais de enfrentamento no Brasil consistem na proibição ou regulação dos trotes que tratam a violência de maneira “genérica”, reforçando o não reconhecimento e invisibilização sistemática do problema. Para avançar em efetividade as políticas de permanência, as instituições devem reconhecer a violência de gênero como problema e assim pensar estratégias que promovam uma vivência universitária igualitária para todos em todos os seus aspectos. Um problema invisível dificilmente será capaz de mobilizar a comunidade universitária e a sociedade em torno de uma resposta institucional. Ao negar o conjunto de condições necessárias à permanência através de sua conduta omissiva as instituições revitimizam as mulheres em situação de violência das mais diversas formas silenciando-as e permitindo com que sua permanência na universidade esteja permeada pela violência de gênero. Essa “permissividade” é denunciada constantemente em universidades públicas e privadas no Brasil. No caso do CRUSP, a autarquia do Estado (USP) descumpra sua função social ao omitir-se diante da situação vivida pelas estudantes.

A pesquisa também mostrou que a violência institucional atinge com mais intensidade as estudantes negras e indígenas e estudantes de situação socioeconômica mais vulnerável, que são os grupos historicamente excluídos das universidades e que mais

8

Impacto da Violência Estrutural nas Estudantes

**Do que precisamos para permanecer na universidade?**

- Moradia Segura
- Política Institucional de Acolhimento às Vítimas
- Política preventiva e educativa
- Sanções para os agressoras
- Creches

Trauma indireto

A ausência de um política eficaz de acolhimento e de sanções ao agressor por parte da universidade faz com que as alunas apoiem umas as outras em um círculo de confiança e acolhimento informal. Muitas vezes revivem situações de violência e/ou vivem o trauma indiretos de situações compartilhadas pelas companheiras

Militância! Em um ambiente violento no qual não há amparo institucional as estudantes se organizam para reivindicar melhorias das suas condições de permanência.

dependem de políticas de permanência. Ao negar as necessidades específicas de permanência desses grupos fica mais evidente o elitismo e a marcação das diferenças sociais nas universidades apontados por Bourdieu e Passeron (1975). Os dados sobre conclusão do ensino superior no Brasil, em São Paulo e na USP, quando analisados por sexo e raça apontam as desigualdades entre mulheres brancas e negras e indígenas. Além disso se é verificável a desigualdade entre docentes homens e mulheres, é ainda mais latente a pouca presença de docentes negras nas universidades, o que reforça a exclusão sistemática desse grupo do ambiente universitário.

Um aspecto pouco destacado desse contexto é o impacto que a violência institucional tem nas estudantes no que se refere ao trauma indireto. Diante do abandono e da falta de acolhimento por parte das instituições as alunas encontram amparo umas nas outras. Assim, a vivência e permanência nas universidades também pode ser experiência assistencial entre as mulheres, não por vocação ou escolha, mas forçada pelas condições nas quais se encontram. O trauma indireto também pode ser causado através do silenciamento constante das demandas das alunas que se veem impotentes para transformar essa realidade. A partilha dos casos pode fazer com que as estudantes revisitem seus próprios traumas através da experiência de outra ou que aumente sua sensação de invisibilidade e insegurança tornando sua permanência insuportável.

Grupos e coletivos pra reivindicar melhorias nas condições de permanência também tem impacto na vivência das estudantes. Assistir companheiras em situação de violência e estar presentes nos espaços de militância gera desgaste físico e emocional. Viver

em um ambiente inseguro e potencialmente violento já é desgastante, mas lutar cotidianamente pela ocupação dos espaços políticos para reivindicar melhorias à instituição e para mobilizar a comunidade universitária agrava a situação já que o ato de militar evidencia constantemente a disparidade de poderes entre as estudantes e as instituições. É comum as alunas militantes se verem expostas a discriminação por causa de sua atuação política. O desgaste físico e emocional associado à discriminação pelo fato de serem militantes pode criar uma situação insustentável causando o abandono da universidade, desenvolvimento de transtornos psíquicos e até levar ao suicídio.

Destacamos que, no contexto da (ainda que parca) ampliação do acesso às universidades brasileiras, as decorrências destas opressões são ainda mais sensíveis às mulheres negras, indígenas e pobres, que em sua grande maioria são as primeiras de suas famílias a viver a experiência universitária e romper um ciclo de exclusão, sendo essas frustrações verdadeira demonstração da reprodução das elites através dos marcadores sociais dentro do ambiente universitário. ■

8



Fonte: time.com

6 A UNIVERSIDADE?

Por Stephanie ribeiro,
para Blogueiras Negras

<http://blogueirasnegras.org/2014/09/09/e-a-universidade/>

“Existe um mundo que se quer perfeito baseado em privilegiado, uma verdadeira bolha branca e racista, que foi um incômodo TÃO GRANDE apontar suas fissuras que reafirmo Universidades são Opressoras e alguns universitários assustam com seus pensamentos e comportamentos conservador, racista e elitista. Pode ter a roupa descolada e dread no cabelo, mas sem consciência nenhuma sobre racismo e machismo, que pode supor racismo com brancos e preconceito com elites e não entender que outra realidade existe e pra ela ser quebrada não adianta falar que o negro é vitimista ou dizer que cotas são injustas, racistas e preconceituosas.”

Veja também:

PRECONCEITO NA UNIVERSIDADE Julia Jolie entrevista Stephanie Ribeiro
<https://www.youtube.com/watch?v=OvYns0Yq-4Y>

Sem o trabalho de organização e acolhimento realizado pelas estudantes os poucos avanços na problematização das questões de gênero nas universidades e a pouca visibilidade para o tema alcançada não teriam sido alcançadas. A ocupação do CRUSP, da reitoria da Universidade Federal do Goiás - entre outras mobilizações - forçaram uma resposta institucional, mesmo muito aquém do necessário.

Verificamos também que as universidades fora do Brasil onde existem protocolos de enfrentamento concisos, com fluxo de atendimento e metodologias de acolhimento pré-estabelecidas tampouco garantiu que os casos de violência de gênero fossem erradicados. Nos Estados Unidos mais de 80 universidades estão sob investigação federal, 11 somente no estado de Nova York por infringirem o previsto pelo Title XI, de 1972 que obriga as universidades que recebem recursos federais a garantirem a não discriminação por razão de raça, religião, classe ou gênero no âmbito universitário. O title XI vem sendo utilizado por grupos organizados em todo o país para pressionarem as autoridades a investigarem e sancionarem as universidades por omissão em casos de estupro e violência física. Em todo país as estudante denunciam que são negligenciadas e aconselhadas a não prestarem denúncias. Em 2015 a Casa Branca lançou uma campanha nacional (It's on us) para prevenção e conscientização sobre a violência de sexual nos campi.



acesse

Como Estupros nas Universidades dos EUA se Tornaram um Escândalo <https://www.vice.com/pt-br/article/mgq57n/como-estupros-nas-universidades-dos-eua-se-tornaram-um-escandalo>
nos EUA mais de 80 universidades estão sendo investigadas por ignorar estupros https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141118_estupros_universidades_eua_ac

DIANTE DESSE QUADRO, O QUE FAZER?

1 Identifique a forma na qual a violência de gênero se expressa contra você. Lembrando que a violência contra a mulher não é só a violência física e sexual, ela pode ocorrer de forma sutis. Também é violência a constrição psicológica (humilhações, ridicularizações, ameaças, vigilância constante, perseguição, chantagens e controle da vida social), moral (xingamentos, calúnias e difamações, ex: chamar de louca, vadia, ou desqualificação intelectual) e patrimonial (quebrar e subtrair bens, estragar fotos e objetos pessoais).

2 Compartilhe sua situação com alguém de sua confiança. Compartilhar seu caso publicamente é uma decisão sua. Se sua escolha for por torná-lo público, procure os coletivos de mulheres da sua universidade que podem proporcionar apoio para o enfrentamento das possíveis reações à denúncia pública;

3 Informe-se sobre o procedimento administrativo determinado para a condução dos casos de violência de gênero na sua instituição de ensino. Verifique os departamentos, profissionais e prazos para acolhimento e encaminhamento da sua denúncia;

4 Denunciar o agressor também é uma escolha sua. A denúncia pode ter efeito político na medida em que quanto mais casos denunciados, a instituição fica mais pressionada a tomar providências, além de aumentarem as chances de que o agressor seja impedido de seguir cometendo ações violentas contra outras estudantes. Mesmo assim lembre-se: denunciar é uma escolha sua;

5 Se optar por realizar a denúncia na instituição exija uma cópia do protocolo de atendimento e acolhimento da sua denúncia e guarde uma cópia;

6 Organizar provas dos atos de violência (mensagens, gravações, testemunhas, fotos, laudos médicos, e-mails...). Se possível faça cópias

7 Esteja atenta sobre o impacto que a violência teve/tem em você e não hesite em buscar assistência médica ou psicológica; O apoio das companheiras, mesmo que bem intencionado muitas vezes não é suficiente e não corresponde a um atendimento profissional.

8 ORGANIZE-SE! PARTICIPE! Esteja atenta aos movimentos e organizações de mulheres na sua universidade que denunciam a violência de gênero e reivindicam melhores condições de permanência para as mulheres! APOIE!



ASSISTA!

HUNTING GROUND
Documentário sobre os inúmeros casos de estupro nos campus universitários americanos, explorando os problemas com as administrações dessas instituições, que se preocupam mais encobrir os fatos do que resolvê-los. Com depoimentos de vítimas, um retrato de como as pessoas que sofrem esse tipo de violência lutam por justiça e educação, apesar da frequente retaliação e assédio com as quais são obrigadas a conviver.

LINK PARA O DOCUMENTÁRIO
LEGENDADO <https://www.youtube.com/watch?v=GBNHGi36nIM&t=13s>

**Mulheres
na
Universidade:
Vimos
para
ficar!**

Essa ilustração faz parte do folatório Vozes da Igualdade, que todas as semanas assume um tema difícil para vídeos e conversas.



BRE VIOLÊNCIA
UNIVERSIDADES

TE



